

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIANA DOS SANTOS LEAL

**O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM SINDROME
DE DOWN: ALGUNS CAMINHOS POSSÍVEIS**

PICOS

2011

MARIANA DOS SANTOS LEAL

**O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM SINDROME
DE DOWN: ALGUNS CAMINHOS POSSÍVEIS**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí como requisito final para conclusão do curso.

Orientador: Alex Sandro Coitinho Sant`Ana.

PICOS

2011

MARIANA DOS SANTOS LEAL

**O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM
SINDROME DE DOWN: ALGUNS CAMINHOS POSSÍVEIS**

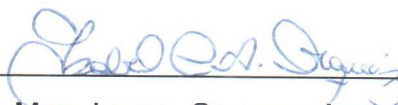
Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado Pleno em Pedagogia.

APROVADA EM: 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

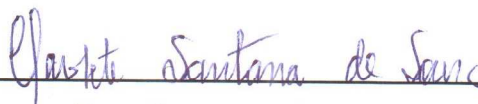
COMISSÃO EXAMINADORA



PROF^o. MSc. ALEX SANDRO COITINHO SANT'ANA – ORIENTADOR
UFPI



PROF^a. MSc. ISABEL CRISTINA AGUIAR ORQUIZ
UFPI



PROF^a. ESP. CLAUDETE SANTANA DE SOUSA
UFPI

seguir enfrente. Aos meus irmãos (Luzinete, Luzia, Maria José, Raimundo, Dede, Cícero, Antonio, Francisco) que mesmo longe sei que torceram por mim.

“Não basta ter coragem, é necessário ter ousadia; não basta ainda ser ousado, é necessário energia para enfrentar o desconhecido, sem medo.” (Neiva Gonçalves)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS por ter me dado sabedoria e paciência nessa caminhada e não poderia de lembrar das pessoas que estiveram ao meu lado que acreditaram na minha capacidade, que me ajudaram na construção desse trabalho. Entre eles em especial (minha mãe, meus irmãos, Ostavane, Jucival). Ao meu orientar Alex por me orientar, pela paciência, compreensão e ensinamentos.

RESUMO

O presente trabalho busca verificar recursos didáticos para o trabalho docente com alunos com Síndrome de Down nas escolas. Abordará também um estudo sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei N° 9394/96, ao reconhecer a Educação Especial como modalidade de ensino que permeia todos os níveis escolares, deixa claro que não há, nos sistemas de ensino, tipos separados de educação. Contudo o governo deve oferecer reais condições para a implantação da escola inclusiva no país, fornecendo verbas, criando cursos de qualificação/atualização de conhecimentos para os docentes e atendendo as demais necessidades estruturais necessárias para tal ocorrência, como por exemplo, proporcionando apoio educacional especializado adequado para todos os alunos. Para que a escola possa receber crianças com Síndrome de Down os docentes devem receber formação para saber desenvolver atividades pedagógicas com essas crianças, e não apenas os docentes, mas toda a comunidade precisa ser preparada para recebê-las. Assim a presente pesquisa foi desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica, onde também visitarei algumas instituições para poder absorver algumas informações para enriquecimento do presente trabalho. Conclui-se que a cada dia se renova a necessidade de as instituições de ensino possuir educadores qualificados, recursos e materiais adequados, para que com isso tenham condições de preparar a criança para ser inserida na sociedade por meio de suas competências cognitivas, intelectual, psíquica, física, afetiva, emocional entre outras.

Palavras-chave: LDB 9394/96, Síndrome de Down, Inclusão, Qualificação docente.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	12
3. A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: A LDB Nº 9394/96 E O PNE.....	14
4. CURRÍCULO ESCOLAR.....	16
5. METODOLOGIAS DE ENSINO E RECURSOS DIDÁTICOS PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN.....	18
5.1. RECURSOS PEDAGÓGICOS.....	18
5.2. PRODUÇÃO ESCRITA.....	20
5.3. LEITURA: EXEMPLOS DE MATERIAIS DIDÁTICOS.....	22
5.4. SÍMBOLOS GRÁFICOS.....	25
5.5. RECURSOS DE COMUNICAÇÃO.....	26
6. ESCOLA INCLUSIVA.....	29
6.1. ESCOLA DOS DIFERENTES OU ESCOLA DAS DIFERENÇAS.....	29
6.2. A ESCOLA COMUM NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	29
6.3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	30
6.4. O DIREITO A EDUCAÇÃO.....	32
6.5- SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.....	33
7. RECURSOS PEDAGÓGICOS.....	34
8. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	37
9. CONCLUSÃO.....	39

10. REFERÊNCIAS.....	40
-----------------------------	-----------

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca verificar a existência de educandos com Síndrome de Down nas escolas, intencionando analisar os problemas que a realidade apresenta bem como as possibilidades de ensino-aprendizagem nesse contexto.

A Síndrome de Down ou Trissomia do cromossomo 21 é um distúrbio genético causado pela presença de um cromossomo 21. Pode ser diagnosticada ao nascimento da criança ou depois por suas características dismórficas. A síndrome recebe esse nome em homenagem a John Langdon Down, médico britânico que descreveu a síndrome em 1862, a mesma está associada a algumas dificuldades de desenvolvimentos de habilidades cognitivas e do crescimento físico.

O preconceito com relação a pessoa que possui a Síndrome de Down no passado fez com que as crianças portadoras dessa síndrome não tivessem nenhuma chance de participação na sociedade, pais e professores não acreditavam que elas teriam capacidade de serem alfabetizadas. Logo eram vistas como pessoas doentes, às vezes até mesmo como monstros e, portanto, excluídas da sociedade.

Segundo a LDB N°9.394/96, em seu Art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O supracitado acima informa que a inclusão sócio-educacional é um conjunto de ações para combater a exclusão seja ela consequência de problemas sociais, faixa etária, deficiência ou raça/etnia (há exclusão também devido a falta de recursos materiais, financeiros, sexualidade e estética) mediante isto a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento e formação do aluno.

Com relação a ser diferente, a sociedade com sua diversidade representativa sempre esteve fechado para mudanças, porém a partir de 1981, a ONU

(Organização das Nações Unidas) criou um Decreto tornando este ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência (AIPPD), época em que se passou a perceber que as pessoas com deficiência eram merecedoras dos mesmos direitos que outras, ou seja os tidos normais. Diante disso a sociedade deveria aceitar a conviver com o diferente e as diferenças.

O educador deve buscar a importância da inclusão sócio-educacional no espaço em que vive, e trabalhar uma metodologia de ensino eficaz com crianças com Síndrome de Down. Nesse sentido, pretende-se estudar neste trabalho possibilidades de atividades educativas a serem trabalhadas com crianças portadoras da Síndrome de Down.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Com base nos estudos de Mazzotta (2005) pode-se constatar que até o século XVIII, as noções a respeito de deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado, até a própria religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana.

Assim, somente quando o “clima social” apresentou as condições favoráveis é que determinadas pessoas leigos ou profissionais, portadores de deficiência ou não, despontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, impulsionar, propor, organizar medidas para o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, ou como elas identificados. Abriram espaços nas várias áreas da vida social para construção de conhecimento e de alternativas de atuação com vistas à melhoria das condições de vida de tais pessoas.

Somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX, a inclusão da “educação de deficiente”, da educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Ainda no Segundo Império, há registros de outras ações voltadas para o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico aos deficientes e em 1874 o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, iniciou a assistência aos deficientes mentais.

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências.

Em decorrência da análise da legislação e normas, destaca-se, de início, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, que, reafirmando o direito dos excepcionais à educação, indica em seu Artigo 88 que, para integrá-los na comunicação, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. Pode-se inferir que o princípio básico aí implícito é o de que a educação dos excepcionais deve ocorrer com a utilização dos mesmos serviços educacionais organizados para a população em geral, podendo de realizar através de serviços educacionais especiais (situação especial de ensino) quando aquela situação não for possível. Nesse entendimento, estariam abrangidos pelo sistema geral de educação tanto os serviços educacionais comuns quanto os especiais.

No Artigo 89, desta mesma lei, há o compromisso explícito dos Poderes Públicos de dispensar “tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções a toda iniciativa privada, relativa à educação de excepcionais, considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação.

No capítulo VII, O Artigo 227 define que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade”, dentre outros, o direito à educação. Para tanto, o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, guiado por preceitos tais como: “criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência”.

3. A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: A LDB Nº 9394/96 E O PNE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9394/96, ao reconhecer a Educação Especial como modalidade de ensino que permeia todos os níveis escolares, deixa claro que não há, nos sistemas de ensino, tipos separados de educação. Sendo assim, a Educação Especial não é um subsistema e as unidades escolares devem ter um conjunto de recursos que devem ser organizados e disponibilizados para que todos os alunos possam desenvolver suas competências com respeito e dignidade, entre eles os que necessitam de apoio diferenciado. A comunidade escolar precisa ser preparada para atender a todos e o Governo deve oferecer reais condições para a implantação da escola inclusiva no país, fornecendo verbas, criando cursos de qualificação para os docentes e atendendo as demais necessidades estruturais existentes para tal ocorrência como, por exemplo, proporcionando apoio educacional especializado adequado para todos os alunos.

A maioria das escolas não tem condições de atender as exigências dos educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem e tão pouco para desenvolver habilidades e competências em educandos com síndrome ou alguma deficiência. A escola não dispõe de recursos, os professores não possuem uma metodologia de ensino adequada ao aprendizado do educando. E o governo não oferece subsídios materiais e financeiros para ajudar o professor e os gestores no cotidiano escolar.

Com base nos estudos de Mantoan (2006) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deixa claro que a educação especial é uma modalidade e, como tal deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis da escola básica ao ensino superior. Assegurando não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento do estudo desses alunos atendendo as características de cada educando e as especificidades de cada síndrome ou deficiência.

Para a escola receber crianças com Síndrome de Down os docentes devem receber formação para saber lidar (ensinar) com essas crianças, e não só os docentes, mas toda a escola deve estar preparada para recebê-las.

De acordo com a Lei Nº 9.394/96, em seu Art. 58 afirma que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que,

em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Sendo que na prática é totalmente diferente, pois a criança portadora de alguma necessidade especial é inserida sim dentro da sala de aula comum, e por maioria das vezes os professores e própria escola não estão preparados para receber essa criança.

O Art. 59 aborda a questão de que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Considera-se que o supracitado artigo é importante, mas há ausência de compreensão por parte dos professores na escola acerca do inciso I pois freqüentemente reprovam automaticamente ou, ao contrário, realizam progressão automática dos alunos sem avaliá-los de acordo com as especificidades. O inciso III também é importante, mediante dialogo com uma professora, constata-se também, a ausência de especialização.

4. CURRÍCULO ESCOLAR

Conceituamos currículo escolar como sendo um conjunto de dados relativos à aprendizagem escolar, organizado para orientar as atividades educativas, as formas de executá-las e suas finalidades. Geralmente, exprime e busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais e o plano cultural que eles personalizam como modelo ideal de escola defendido pela sociedade. A concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula.

Trabalhar o termo inclusão conforme sugestão de currículo não significa simplesmente matricular crianças com necessidades especiais em classes comuns ignorando suas necessidades especiais.

Segundo a Lei Nº 9.394/96 no capítulo II, Art. 22, a Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial o conceito da Escola Inclusiva implica uma nova postura da escola comum propondo no seu projeto político pedagógico ações que favoreçam a integração social.

Sendo assim, a escola deve capacitar seus professores prepará-los para que ofereçam educação de qualidade para todos, inclusive, para crianças com necessidades especiais. Além de qualificação docente é preciso mudar metodologia de ensino, instrumento da escola, bem como participação da família.

No Brasil houve a necessidade de se pensar em um currículo para escola inclusiva a partir de medidas desenvolvidas junto à Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Segundo o MEC/SEESP/SEB, (1988) estratégias e critérios de situação docente, admitindo decisões que oportunizem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de

ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola.

A proposta curricular das escolas deve possibilitar o pensamento sobre como irá trabalhar o corpo, a expressão, e o mundo das crianças portadoras de necessidades especiais.

Contudo, para que a implementação da proposta curricular seja eficiente é necessário que os recursos sejam disponíveis e o educador seja capacitado para trabalhar a aceitação do portador de Síndrome de Down dentro da sociedade e sua absorção no mercado de trabalho.

5. METODOLOGIAS DE ENSINO E RECURSOS DIDÁTICOS PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Para as crianças com Síndrome de Down é difícil desenvolverem habilidades de leitura e escrita, no entanto, este processo será mais facilitado se for permitida a criança vivenciar, interagir e experimentar o novo o desconhecido para um melhor desenvolvimento adequado da criança com Down no que diz respeito ao aprendizado da leitura e escrita é preciso favorecer a realização de atividades relacionadas à tais habilidades e possibilitando o contato com diferentes tipos de materiais que estimulem a inteligência lingüística.

Pode-se constatar que hoje no interior Dentro das escolas de Ensino Regular vem sendo promovido uma prática pedagógica direcionada as diferenças de cada indivíduo. Contudo, para o professor desenvolver uma prática pedagógica de acordo com as necessidades do aluno a escola precisa adotar metodologias, materiais e equipamentos que conduzam os educandos a apropriação de conhecimentos acadêmicos.

Muitos alunos com necessidades especiais como também alunos com Síndrome de Down, não se adaptam a algumas práticas adotadas pelo professor em sala de aula, tais como aulas expositivas, onde na maior parte do tempo o alunado aprende ouvindo. Assim, o professor deve analisar sua práxis em sala de aula para que suas atividades e recursos didáticos sirvam como mediadores no processo ensino aprendizagem.

O processo ensino aprendizagem é um conjunto de atividades teórica-prática que envolve toda a comunidade escolar, principalmente, o educador. Mas, o ato de ensinar e aprender só podem ser eficientes, se houver comprometimento por parte da família e da própria escola. Diante, disso alguns aspectos precisam ser considerados em relação ao aprendizado do educando com Down, como motivação, o afeto da família e a curiosidade.

5.1 Recursos pedagógicos

Segundo Sartoretto e Bersc (2010) a escola que acolhe as diferenças busca construir uma pedagogia que parte das diferenças dos seus alunos como

impulsionadoras de novas formas de organizar o ensino, e atendendo a essas diferenças, os recursos pedagógicos e de acessibilidade colaboram para que pessoas com deficiência participem ativamente do processo escolar.

Dessa forma, vê-se a escola pública como um espaço e oportunidade para que os abusos com algum tipo de deficiência, os que possuem alguma síndrome e também aqueles com dificuldade de aprendizagem tenham uma formação escolarizada capaz de lhes propiciar absorver conhecimento escolarizado, desenvolvimento da cidadania e formação profissionalizante.

Nesse sentido os recursos pedagógicos podem ser considerados como ajuda, apoio e meios utilizados para que o professor possa alcançar seu objetivo em relação ao aprendizado do educando com Síndrome de Down.

Ao falar de recursos de acessibilidade na escola, esta falando em Tecnologia Assistiva (TA) aplicada a educação, sob a forma de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Ainda com base nos estudos de Sartoretto e Bersc (2010) a Tecnologia Assistiva é uma área de conhecimento e de atuação que desenvolve serviços, recursos e estratégias que auxiliam nas dificuldades funcionais das pessoas com deficiência na realização de suas tarefas.

A escola pode utilizar um roteiro de perguntas para identificar quais são as necessidades do aluno e a partir daí selecionar o recurso adequado para atender a essas necessidades. Segue abaixo um exemplo de roteiro.

- Quem é o aluno?
- Quais as necessidades específicas deste aluno, decorrentes da deficiência ou imposta pelo ambiente escola?
- Como a família resolve os problemas decorrentes destas necessidades no ambiente familiar?
- Como está organizada o plano pedagógico do professor comum e quais são os objetivos educacionais e as respectivas atividades que ele propõe à sua turma?

- Como é a participação do aluno nas atividades propostas à sua turma da escola comum?
- Quais as condições de acessibilidade física da escola? Há rampas, banheiros adequados, sinalizações, entre outros?

Com esses dados, o professor do AEE pode descrever a situação do aluno na sala de aula e identificar suas necessidades e este é o primeiro passo para elaboração do plano de atendimento especializado, conseqüentemente poderá contribuir na construção dos recursos necessários ao aprendizado do aluno com alguma deficiência ou síndrome.

Outros pontos devem ser também observados com relação à utilização dos recursos, tanto na sala comum quanto no AEE. Dentre eles destacam-se os pontos abaixo:

- Os recursos selecionados e colocados à disposição dos alunos estão atingindo os objetivos educacionais aos quais foram propostos?
- A utilização dos recursos está sendo acompanhada pelo professor do AEE?
- O aluno, usuário do recurso, está sendo ouvido com relação à funcionalidade do mesmo?

Alguns recursos de baixa tecnologia podem ser construídos pelo professor do AEE e disponibilizados ao aluno que utiliza na sala de ensino regular ou nos locais onde ele apresentar necessidade dele. E os recursos de alta tecnologia são os adquiridos após avaliação das necessidades do aluno, sob indicação do professor de (AEE).

5.2. Produção escrita

Aprender a ler e escrever é um desafio para qualquer aluno. Ao escrever a criança estabelece novas relações com o meio, expõe suas idéias, internaliza conceitos e se comunica.

Muitas alternativas podem ser construídas para facilitar a preensão do lápis ou da caneta quando detectados prejuízos na motricidade fina do aluno. As imagens abaixo mostrarão os recursos que podem auxiliar na escrita.

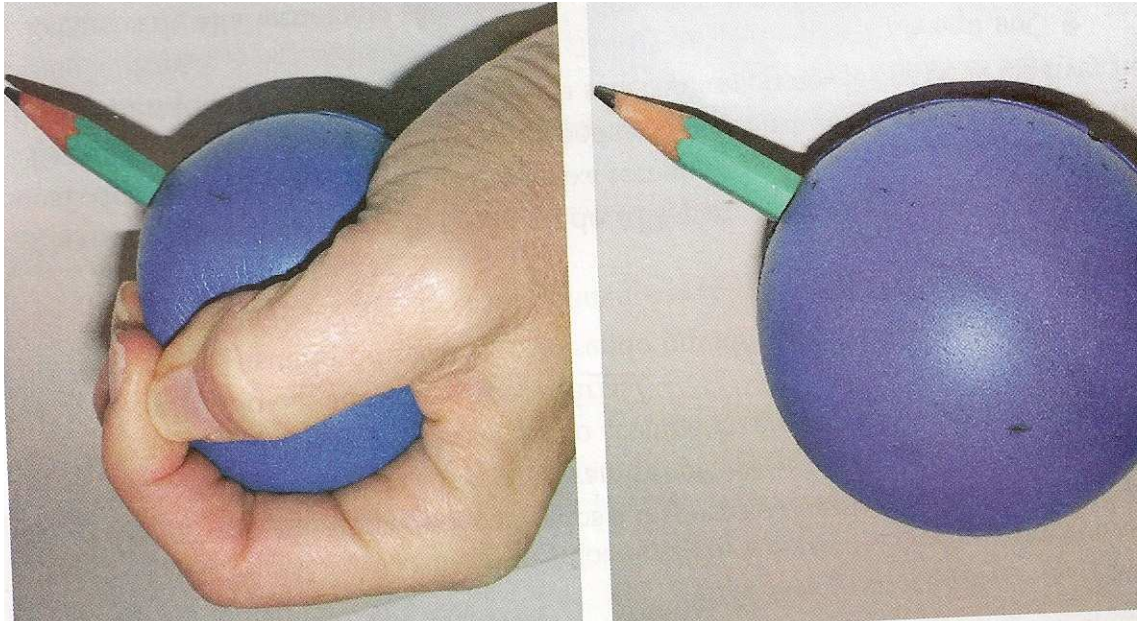


Figura 1 – Recurso que auxilia a escrita e na coordenação motora

Na figura 1 visualiza-se uma bola de espuma furada com um lápis encaixado no orifício. O aluno pega o lápis especial e escreve, uma mão segura a bola de espuma que se molda facilmente a ela, facilitando a apreensão do recurso didático.

Alfabetos móveis de vários tamanhos e materiais que possam se fixar por imã ou velcro são úteis na produção das primeiras palavras escritas.

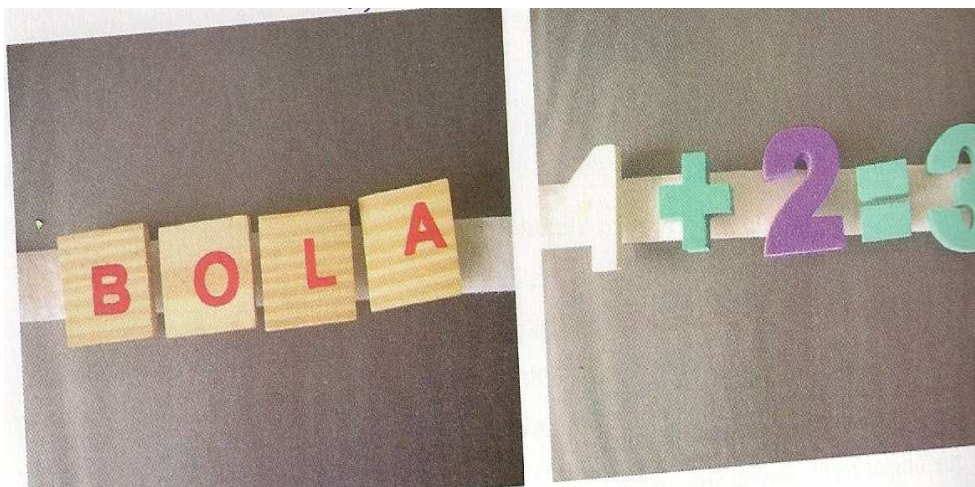


Figura 2- Alfabeto móvel em cubos de madeira, facilitando a aderência e a fixação de cada letra durante sua formação.

Conforme a figura 2 pode observar um alfabeto móvel de letras em cubos de madeira formando a palavra BOLA. As letras e os números móveis são fixados sobre uma tira de velcro, que esta colada sobre uma cartolina preta. O velcro facilita a aderência e a fixação de cada letra durante a formação da palavra.

Cabe ao professor do atendimento especializado constatar a necessidade do aluno selecionar o recurso adequado, oferecer oportunidade de aprendizagem, ensinar o manejo do recurso, encaminhá-lo à escola comum e orientar, tanto o professor quanto os colegas, sobre como poderão interagir com o aluno que utiliza este recurso

5.3. Leitura: exemplos de materiais didáticos

O impedimento de acesso ao texto para alguns alunos se dá em razão da forma como ele foi apresentado na escola, ou seja, livros, textos impressos, textos escritos no quadro, no caderno dos colegas ,no computador, cartazes, placas, revistas, nos diversos tipos de jogos entre outros materiais.

Alunos com impedimentos na expressão oral utilizam as pranchas de comunicação para expressarem sua compreensão e interpretação daquilo que esta sendo lido. Os recursos devem sempre mediar à ação que se realiza entre o aluno e o texto e possibilitar que o professor da classe comum interprete o processo de aquisição de conhecimento que está sendo construído pelo o aluno e planeje suas intervenções.

O texto com símbolos contribui para o aumento de vocabulário gráfico dos alunos que utilizam a comunicação alternativa. A imagem abaixo mostra um texto que fala sobre ecologia alertando para os perigos da poluição e destruição da natureza. Cada palavra escrita (signo) é representada por um desenho (símbolo). A palavra é escrita embaixo do desenho que apresenta.

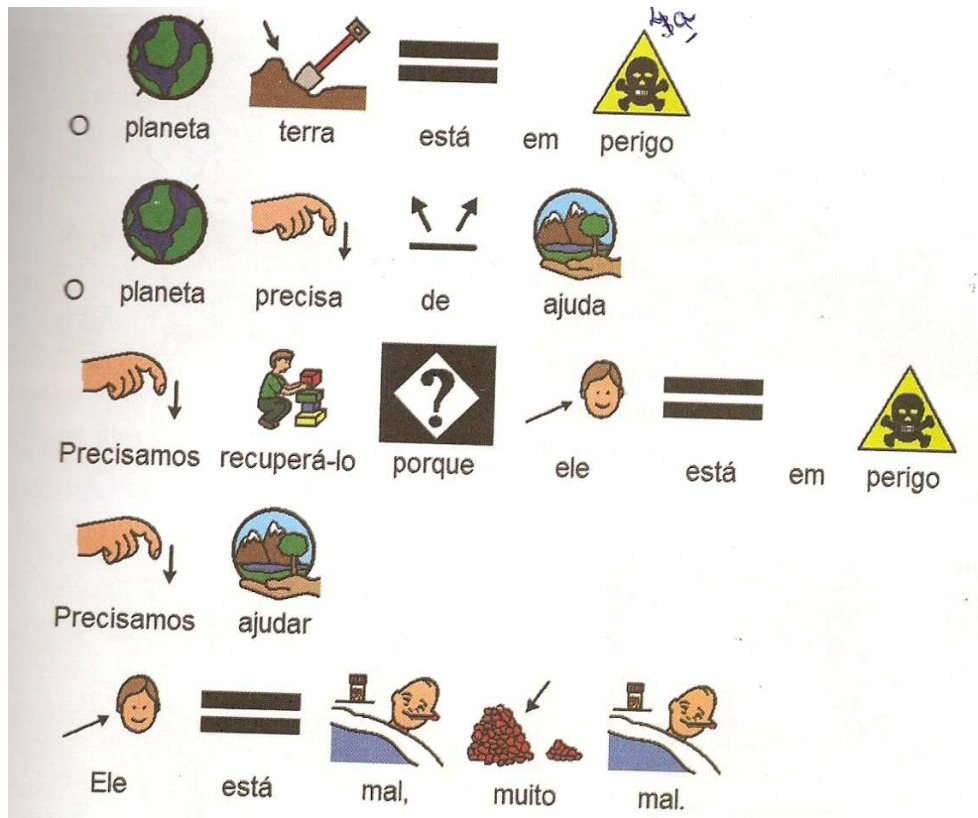


Figura 3 - Texto apoiado com símbolos representativos de cada palavra onde a palavra é escrita embaixo do desenho que a representa.



Figura 4 – Livro de história com auxílio símbolos para comunicação

No livro de historia (Figura 4), pode-se observar que foram colocados símbolos de comunicação alternativa em seqüência que transcreve o texto em símbolos.



Figura 5-Prancha de comunicação com os símbolos utilizados na história para serem utilizados nas atividades de interpretação e reconto.

Para o desenvolvimento das atividades ligadas às disciplinas escolares é comum o uso de tesoura, cola, papéis, tintas, materiais esportivos, microscópio, tubos de ensaio, vídeos, etc.

Ao utilizar um recurso, o professor precisa ter clareza do objetivo educacional que está sendo utilizado por meio daquela atividade. Não se deve avaliar a execução da tarefa, e verificar o recurso permitiu ao aluno participar da atividade e atingiu o objetivo educacional pretendido por ela.

O projeto e os materiais utilizados na criação de recursos pedagógicos devem levar em consideração as habilidades motoras, visuais, auditivas e cognitivas do aluno. Os recursos devem ser construídos de forma que o aluno consiga manuseá-los podendo assim participar das atividades variadas com sua turma. A família também deve ser orientada sobre a maneira mais eficiente de utilizar os recursos, sobretudo, no sentido de contribuir com o aprendizado de seu filho de sua inclusão no contexto social.

5.4 Símbolos gráficos

Bibliotecas de símbolos gráficos são especialmente confeccionadas e disponibilizadas para a construção de recursos de comunicação. São imagens organizadas por categorias e que expressão idéias, sentimentos, ações, coisas, lugares, pessoas temas de conhecimentos, entre outras possibilidades de representação. Ao apontar para um símbolo gráfico, o aluno escolhe a mensagem que deseja comunicar.

Um dos sistemas utilizados no Brasil é o PCS, sigla que em português é traduzida por Símbolos de Comunicação Pictórica.

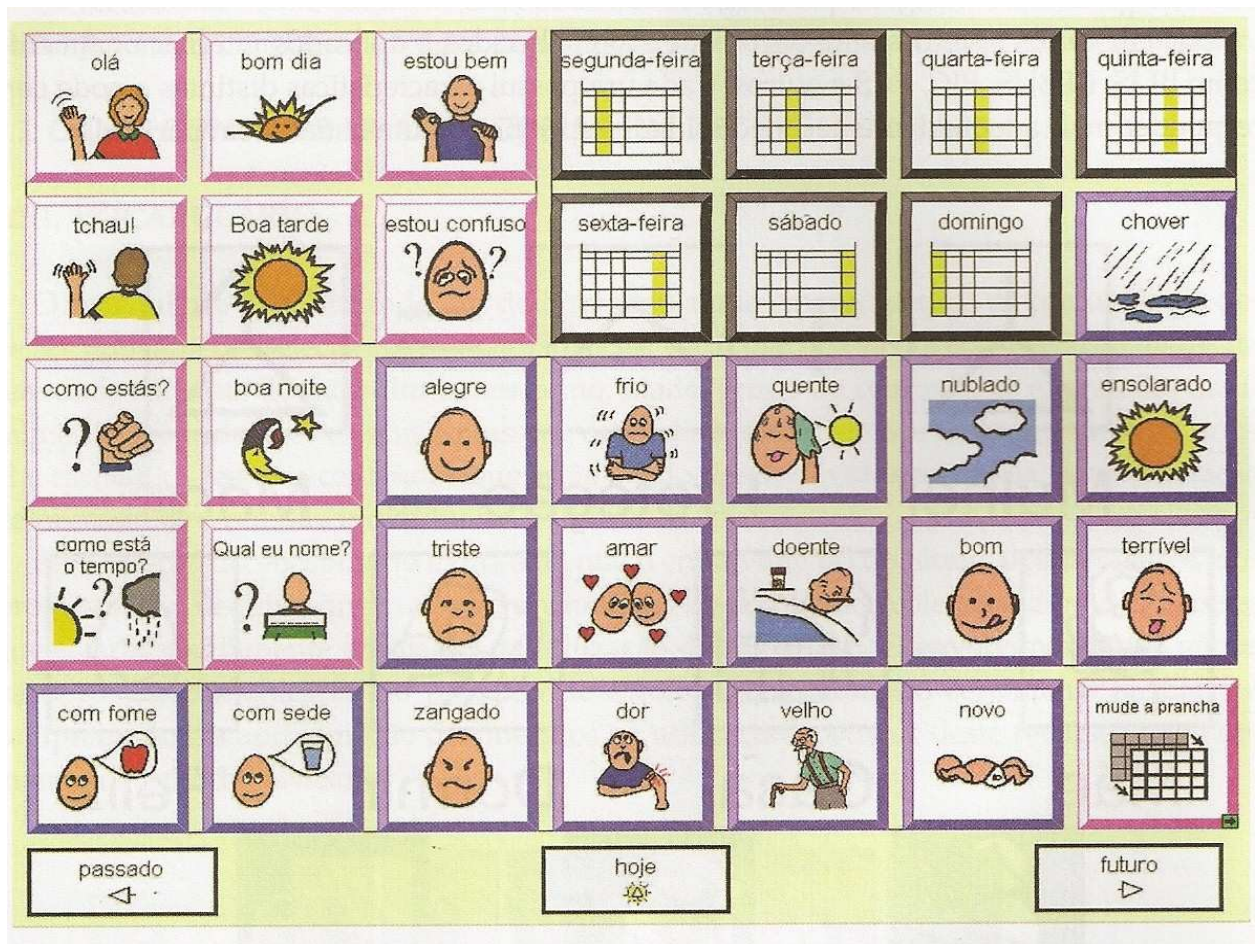


Figura 6- Prancha com símbolos PCS.

A figura 6 mostra uma prancha de comunicação, com símbolos PCS coloridos. A prancha apresenta várias expressões sociais utilizadas para cumprimentar, fazer perguntas e outras que apresentam sentimentos como feliz, triste, com frio, calor, doente. Na parte inferior da prancha, estão os símbolos

representativos de tempo verbal: passado, presente e futuro. Estes últimos símbolos o aluno pode expressar que o conteúdo da sua comunicação está acontecendo, aconteceu e irá acontecer.

Para alunos com dificuldades visuais é possível que uma determinada simbologia colorida não seja indicada e que outro sistema de símbolos seja mais eficiente

5.5 Recursos de comunicação

Um recurso de comunicação pode variar quanto ao tamanho, formato, à quantidade de mensagens que contem e quanto ao material utilizado para sua confecção.

O professor deve construir ou adotar um recurso considerando as habilidades motoras, sensoriais (visuais e auditivas) e cognitivas do usuário, bem como a portabilidade e praticidade do material a ser usado.



Figura 7- Cartões sobre um arquivo de símbolos

Na figura 7 visualiza-se um fichário com vários símbolos, organizados por tipos e cores (substantivos-alaranjados, adjetivos-azuis, verbo-verde, sujeitos-amarelos, expressões sociais em rosa e miscelâneas em branco).

Outro recurso que deve ser utilizado pelos professores são cartões de comunicação que são confeccionados com vocabulário variado e deve estar á disposição do usuário e dos parceiros de comunicação. Na sala de aula os cartões precisam ser acessados e organizados rapidamente, de forma que o aluno possa atuar, explorando e comunicando temas pertinentes, no momento em que esses temas estão sendo trabalhados por todo o grupo. Seguem abaixo descrição de atividades educativas para.



Figura 8 – Prancha de comunicação

As pranchas de comunicação (figura 8) apresentam de forma organizada, um conjunto de símbolos que indicam o assunto do qual se pretende falar. Cada símbolo da prancha índice pode ser desdobrada em outra prancha temática. Por exemplo: se o aluno apontar em sua prancha índice o assunto “preciso de ajuda” recorre a outra prancha chamada temática, que apresentara os símbolos que se referem às ajudas necessárias como: “sair da carteira”, “alcançar os óculos”, ir ao banheiro”, preciso de remédio” e outras.

Continuando a explanação, as pranchas de comunicação são organizadas nas pastas de comunicação. Geralmente a prancha índice ou prancha principal posiciona-se na primeira página e as demais ocupam as páginas seguintes. É recomendável estipular uma ordem na seqüência das pranchas temáticas e mantê-la, pois o aluno memoriza a posição das pranchas e passa a acessá-las de forma mais rápida.



Figura 9 – mesa com prancha que favorece a conservação do material

Sobre a mesa da sala de aula o professor pode colar uma prancha de comunicação e revesti-la com material de plástico para, favorecer a conservação do material que estiver em uso. Ao lado do aluno o professor pode acompanhar e fazer a leitura das letras que o aluno indicar, uma a uma, para poder se comunicar.

6. ESCOLA INCLUSIVA

Com base nos estudos de Ropoli (2010) os sistemas educacionais constituídos a partir da oposição- alunos normais e alunos especiais sentem-se abalados com a proposta inclusiva de educação, pois não só criaram espaços educacionais distintos para seus alunos, a partir de uma identidade específica, como também esses espaços estão organizados pedagogicamente para manter tal separação, definindo as atribuições de seus professores, currículos, programas de , ensino avaliações e promoções dos que fazem parte de cada um desses espaços.

6.1 Escola dos diferentes ou escola das diferenças

Em continuidade às discussões de Ropoli (2010), há uma perspectiva que a educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas idéias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas todos se igualam pelas suas diferenças!

Já a inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos, participam ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua da sua turma.

6.2 A escola comum na perspectiva inclusiva

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Contudo, a nova prática pedagógica não é fácil, pois ela depende de mudanças além da escola e da sala de aula. Para que a escola possa trabalhar novas práticas é necessária uma reflexão crítica acerca dos conceitos existentes, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos.

As mudanças necessárias dentro da escola não acontecem por acaso, mas fazem parte do coletivo da escola, devem ser explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e vividas a partir de uma gestão democrática.

Ao contrário do que se pensa e se faz, as práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado para alguns alunos, mas sim um ensino diferente para todos, em que os alunos tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminação e adaptações.

6.3-O atendimento educacional especializado (AEE) e o projeto político pedagógico

Com base nos estudos de Ropoli (2010) uma das inovações trazidas pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ele complementa os Centros de Atendimento Educacional Especializado de rede pública ou privado, sem fins lucrativos. Onde que de acordo com as *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*, publicada pela Secretaria de Educação Especial SEES/ MEC, em abril de 2009, o Projeto Político Pedagógico da Escola deve contemplar o AEE como uma das dimensões da escola das diferenças. Nesse sentido, é preciso planejar, organizar, executar e acompanhar os objetivos, metas e ações traçadas, em articulação com as demais propostas da escola comum. A democracia se exercita e toma forma nas decisões conjuntas do coletivo da escola e se reflete nas iniciativas da equipe escolar. Nessa perspectiva, o AEE integra a gestão democrática da escola. No (PPP), devem ser previstos a organização e recursos para o AEE: sala de recursos multifuncionais; matrícula do aluno no AEE; aquisição de equipamentos; indicação de professor para o AEE; articulação entre professores do AEE e os do ensino comum e redes de apoios internos e externos à escola.

No caso da inexistência de uma sala de recursos multifuncionais na escola, os alunos não podem ficar sem a prestação desses serviços, e o PPP deve prever o atendimento dos alunos em outra escola mais próxima ou centro de atendimento educacional especializado, no contra turno do horário escolar.

O AEE, quando realizado em outra instituição, deve ser acordado com a família do aluno, e o transporte, se necessário, providenciado. Em tal situação, destaca-se, a articulação com os professores e especialistas de ambas as escolas, para assegurar uma efetiva parceria no processo de desenvolvimento dos alunos. O PPP deve prevê ações de acompanhamento e articulação entre trabalho do professor do (AEE) e os professores das salas comuns, ações de monitoramento da produção de materiais didáticos especializados, bem como recursos necessários para a confecção destes. Além das condições para manter, melhorar e ampliar o espaço das salas de recursos multifuncionais inclui-se no PPP a previsão de outros tipos de recursos, equipamentos e suportes que forem indicados pelo professor do AEE ao aluno.

Assim o PPP de uma escola, considera, no conjunto dos seus alunos, professores, especialistas, funcionários e gestores, as necessidades existentes, buscando meios para o atendimento dessa demanda, a partir dos objetivos e metas a serem atingidas. Ao delimitar os tempos escolares, o PPP insere calendários, os horários de turnos e contraturnos na organização pedagógica escolar, atendendo às diferentes demandas, de acordo com os espaços e os recursos físicos, humanos e financeiros de que a escola dispõe. Sendo assim, os planejamentos do (AEE) resultam das escolhas do professor quanto aos recursos, equipamentos, apoio mais adequado para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na turma da escola comum, garantindo-lhe a participação no processo escolar e na vida social em geral segundo suas capacidades. É importante salientar que o (AEE) não se confunde com reforço escolar, o professor acompanha a trajetória acadêmica de seus alunos e é imprescindível uma articulação entre o professor de (AEE) e os do ensino comum.

Na perspectiva da inclusão escolar, o professor da Educação Especial não é mais um especialista em uma área específica, suas atividades desenvolvem-se, preferencialmente, nas escolas comuns, cabe-lhes, no atendimento educacional especializado aos alunos, público-alvo da educação especial, as seguintes atribuições: identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação para eliminá-las (MEC/SEESP, 2009).

6.4-O direito a educação

Segundo Mantoan (2006) nosso sistema educacional, diante da democratização do ensino, tem vivido muitas dificuldades para equacionar uma relação complexa, que é a de garantir escola para todos de qualidade. Contudo a inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns especiais, sabemos que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminação nem espaços segregados de educação. Temos que enfrentar muitos desafios para atingir a educação como direito de todos, e um deles é não permitir que esse direito seja traduzido meramente como cumprimento da obrigação de matricular e manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns.

Ainda com base em Mantoan (2006) a efetivação da criança com deficiência podia se dar pela oferta de um *continuum* de serviços que pudesse garantir ao aluno o direito de estar em espaços sociais (dentro da escola) que aumentassem sua proximidade física com os demais alunos e pessoas (dimensão física), podendo usufruir os mesmos recursos educacionais disponíveis no sistema de ensino, incluindo a classe comum (dimensão funcional), com intenção de potencializar suas possibilidades de interagir socialmente (dimensão social). A integração social, decorrente do cumprimento a essa última dimensão, envolve:

A interação, mediante a comunicação, a assimilação, pela participação ativa e reconhecida do excepcional como elemento do grupo de crianças “normais” e, finalmente, a aceitação, refletida na aprovação da criança excepcional como elemento participante e aceito no grupo, mediante relações regulares e espontâneas que fazem com que o excepcional se sinta parte natural do grupo. (Mazzotta, 1989, PP. 43-4, grifo do autor).

Conforme a citação acima a criança com necessidade especial deve ser aceita como os demais alunos “normais”, fazendo com que ele participe das atividades grupais de acordo com sua capacidade e limitação.

6.5- Salas de recursos multifuncionais

As salas de recursos multifuncionais são espaços localizados nas escolas de Educação Básica, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas salas são organizadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recurso de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público alvo da educação especial, em turno contrário à escolarização.

7. RECURSOS PEDAGÓGICOS

Conforme a publicação no Brasil (2007) o recurso pedagógico tornou-se um instrumento comum para o desenvolvimento do ensino em salas de aula.

Definiu “recurso” a partir de como se aplica este a uma infinidade de coisas, é “algo” concreto, um objeto concreto. Contudo, entendemos que uma brincadeira não seria um recurso mas, sim, o brinquedo; um jogo não seria um recurso, mas as peças do jogo. O recurso se assemelha mais a um estímulo concreto que possa ser manipulado.

Na utilização do recurso pedagógico no processo de ensino podemos apontar duas direções: a avaliação e o ensino propriamente dito, podendo ser dividido em momentos ou etapas. A primeira etapa seria a avaliação, a segunda a identificação dos objetivos. A etapa seria a seleção e utilização de recursos, técnicas e procedimentos para o ensino. A última etapa seria a avaliação dos recursos.

Geralmente na avaliação, o recurso pedagógico é utilizado para saber o que a criança sabe ou não, o professor deverá utilizar um recurso que irá apresentar características específicas para possibilitar a aprendizagem.

O termo Tecnologia Assistiva pode ser compreendida como recursos, equipamentos ou aparatos que auxiliam, funcionalmente, no desempenho de alguma atividade. Como salienta Lauand (2005)

[...] No sentido amplo, segundo LAUAND (apud SARTORETTO; BERSCH, 2005, p. 30), o objeto da tecnologia assistiva é uma ampla variedade de recursos destinados a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado, etc.) a pessoa com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Esses suportes podem ser, por exemplo, uma cadeira de rodas (...), uma prótese uma órtese, e uma série infindável de adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal (comunicação, alimentação, transporte, educação, lazer, esporte, trabalho, elementos arquitetônicos e outros). (LAUAND, 2005, p. 30).

Ainda conforme Lauand (2007) o Sistema Nacional de Classificação para Recursos e Serviços de Tecnologia Assistiva dos Estados Unidos (2000) tem proporcionado uma interessante visualização dos recursos, equipamentos e serviços

em tecnologia assistiva. Ao todo são dez categorias. O quadro a seguir apresenta esta classificação e alguns exemplos de recursos:

Segue abaixo um modelo de classificação dos recursos e serviços de Tecnologia Assistiva conforme PRADO (2009).

CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLOS
1. Elementos arquitetônicos	Barras para o apoio em paredes, vasos sanitários, fechaduras, torneiras, rampas, elevadores, pisos, etc.
2. Elementos sensoriais	Recursos ópticos, auditivos, sistemas de comunicação alternativa ou complementar, aparelho de ampliação sonora, etc.
3. Computadores	Hardware e software
4. Controles ambientais	Acionadores para cortinas, acionadores para diminuir ou aumentar luminosidade, acionadores para TV e som, etc.
5. Vida independente	Adaptação para alimentação, vestuário adaptado, dispositivos para auxiliar na higiene pessoal.
6. Mobilidade	Carros adaptados, carrinhos especiais, andadores, bengalas, muletas, cadeiras de rodas, etc.
7. Próteses e órteses	Abdutor de joelhos, perna mecânica, etc.
8. Recreação / Lazer / Esporte	Brinquedo, equipamentos para recreação e lazer, pesca, etc.
9. Mobiliário modificado	Mesas, cadeiras, camas, etc.
10. Serviços de Tecnologia Assistiva	Serviços de agência de empresas

Um caminho para analisar o recurso pedagógico seria tratá-lo como um estímulo, ou como objetos estimulados ou estimuladores.

Em uma situação de ensino, a professora utiliza objetos estimulandos ou materiais pedagógicos para atingir o seu objetivo final.

8. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a elaboração desse trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica. Nesse sentido optou por utilizar Brasil (2007) e Roboli (2010), pois apresentam uma série de atividades voltadas para o ensino-aprendizagem que são utilizadas no trabalho com AEE, onde os recursos utilizados pelos professores são de suma importância para o desenvolvimento da criança. Mencionou ainda o LDB, pois considera-se de fundamental importância a perspectiva de inclusão deixando claro que no sistema de ensino não há tipos de educação separadas definida por este documento. A importância de MAZZOTA (2005) se dá visto que o autor traz uma discussão histórica contando a história da inclusão desde a formação do Império no Brasil, onde nessa época até mesmo a igreja recriminava a diferença pois a ser humano era imagem e semelhança de Cristo.

Durante muito tempo a criança com Síndrome de Down era tida como doente a própria família não acreditava que essa criança tinha capacidade de ser inserida na sociedade, porém com a luta de alguns portadores de deficiência essa idéia foi modificada e hoje as escolas têm como dever trabalhar essa criança para que ela possa ser inserida na sociedade.

A pesquisa bibliográfica mereceu utilização sistemática e destacada, tendo por base Santos (apud Sant`Ana, 2006), que afirma tal método “estará presente em qualquer processo de pesquisa. Com efeito, a respeito de quase tudo que se deseje pesquisar, algo já foi pesquisado de forma mais básica, ou idêntica ou correlata”.

Segundo Severino (2007), a documentação temática visa coletar elementos relevantes para o estudo em geral ou para a realização de um trabalho em particular, sempre dentro de determinada área. Contudo a documentação bibliográfica constitui um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem sobre determinados assuntos, dentro de uma área do saber. Sistemáticamente feito, proporciona ao estudante rica informação para os estudos.

Já a pesquisa de campo constitui em observação acerca do funcionamento de uma escola pública da Educação Básica e da APAE. Nesse processo ocorreu um diálogo com uma professora da APAE em que questionei sobre os recursos

utilizados na sala de aula e sua metodologia sendo que ela respondeu que o governo não oferece subsídios para os educadores trabalharem de uma maneira mais eficaz. Porém, são elaborados exercícios de avaliação sendo que alguns alunos não desenvolvem suas habilidades motoras.

Outra forma que os professores trabalham é através da atividade lúdica, no espaço da APAE tem uma piscina onde uma vez por semana os alunos interagem durante um banho.

Os alunos da APAE têm um acompanhamento em outra instituição de ensino, ou seja, são matriculados em escolas de ensino regular.

9. CONCLUSÃO

Ao término desse trabalho pode-se constatar a necessidade de formação dos professores para conseguirem praticar a docência com Síndrome de Down visto que muitos não têm o hábito de planejar suas atividades, elaborar planos, linguagem adequada. Muitos dos professores não têm conhecimento dessa deficiência, dentre outras coisas.

Para que as crianças sejam inseridas na sociedade é preciso que os órgãos responsáveis viabilizem a formação inicial e continuada dos professores. Pois a cada dia se renova a necessidade de as instituições de ensino possuírem educadores e recursos adequados.

As escolas em geral precisam se preparar para receber crianças portadoras de necessidades especiais. As escolas não possuem rampas, banheiros adaptados, material didático para se trabalhar e etc.

O governo deve tomar frente de o problema oferecer cursos de capacitação, especialização, pois se o professor quer ter conhecimento do assunto para receber uma criança com Síndrome de Down ele tem que arcar com toda e qualquer despesa sendo que isso é responsabilidade do governo è o mais justo, pois hoje estamos em uma sociedade inclusiva onde todos temos os mesmos direito inclusivo a educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Caminhos da inclusão. Adaptação curricular.** Disponível em: <http://www.caminhosdainclusao.blogspot.com/adaptao-curricular.htm>>. Acesso em 14 de jun.2011.

BRASIL. **Inclusão Escolar de crianças com Síndrome de Down.** Disponível em: <<http://www.pedagogiaaopedaletra.com/inclusão-escolar-de-crianças-com-sindrome-de-down.htm>>. Acesso em 13 jun.2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Recursos Pedagógicos Adaptados II. Brasília: MEC, 2007.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil:** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 jun. 2011.

ROPOLI, E. A. MANTOAN, M. T.E.; SANTOS, M. T. da C. T.; MACHADO, R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva.**V. 1 . Brasília: MEC, 2010. Ano.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa.** V. 6. Brasília: MEC, 2010.

SANT'ANA, Alex Sandro C. **Educação e Pós-modernidade: Problematizações Efêmeras a partir das Idéias de Zygmunt Bauman e Boaventura de Sousa Santos.** 2006. 73 f. Monografia (Especialização em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.